

Demonstrações Contábeis Regulatórias

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias1

Demonstrações contábeis regulatórias

Balanço patrimonial4

Demonstração do resultado6

Demonstração do resultado abrangente.....7

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido8

Demonstrações dos fluxos de caixa9

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da

ECTE – Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da ECTE – Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ECTE – Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração do ativo imobilizado

Veja a Nota 3.1 e 7.1 das demonstrações contábeis regulatórias

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui registrado no seu Balanço Patrimonial o montante de R\$ 73.531 mil relativo ao seu ativo imobilizado líquido. Esses ativos são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.</p> <p>A Companhia considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de transmissão. Devido à relevância do ativo imobilizado, consideramos esse assunto como o principal assunto de auditoria.</p>	<p>Avaliamos as políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e confrontamos os mapas auxiliares relativos ao ativo imobilizado com os saldos contábeis. Adicionalmente, efetuamos o recálculo da depreciação do ativo imobilizado com base nas vidas úteis determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE confrontando o resultado do recálculo com os saldos contábeis. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas sobre o ativo imobilizado nas demonstrações contábeis regulatórias.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A ECTE – Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A, preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 07 de março de 2025.

Auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 16 de abril de 2024, sem modificação.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP-014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo			
Ativo Circulante		75.441	61.203
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	62.379	39.085
Investimentos Temporários	5	1.371	6.104
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	6	755	3.297
Serviços em Curso		1.990	1.885
Tributos Compensáveis		153	137
Despesas Pagas Antecipadamente		5	6
Dividendos a Receber		8.730	9.030
Outros Ativos		58	1.659
Ativo Não Circulante		229.298	237.651
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	6	5.728	3.006
Depósitos Judiciais e Cauções		18	18
Outros Ativos		25	25
Participações Societárias Permanentes	1	147.641	154.200
Imobilizado	7.1	73.531	78.052
Intangível	7.2	2.355	2.350
Total do Ativo		<u>304.739</u>	<u>298.854</u>

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Passivo			
Passivo Circulante		66.877	90.882
Fornecedores		547	735
Debêntures e empréstimos	8	40.174	66.709
Obrigações Sociais e Trabalhistas		926	784
Tributos		8.372	8.347
Dividendos Declarados		14.174	10.111
Encargos Setoriais		2.544	4.119
Outros Passivos		140	77
Passivo Não Circulante		285.063	159.214
Debêntures e empréstimos	8	284.421	158.735
Encargos Setoriais		640	478
Outros Passivos		2	1
Total do Passivo		351.940	250.096
Patrimônio Líquido			
Capital Social	10.1	42.095	42.095
Outros Resultados Abrangentes	10.3	18.263	18.264
Reserva de Lucros	10.2	155.619	266.619
Prejuízos Acumulados		(281.700)	(280.109)
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais		18.522	1.889
Total do Patrimônio Líquido		(47.201)	48.758
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		304.739	298.854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Operações			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão		82.265	84.952
(-) Parcela Variável		(605)	(398)
Tributos			
PIS-PASEP		(562)	(564)
Cofins		(2.642)	(2.625)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(764)	(791)
Reserva Global de Reversão - RGR		(1.201)	(1.267)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(327)	(338)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	11	76.164	78.969
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		76.164	78.969
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	12	(4.913)	(4.493)
Material		(595)	(126)
Serviços de Terceiros		(1.114)	(1.348)
Arrendamento e Aluguéis		(521)	(532)
Seguros		(23)	(28)
Doações, Contribuições e Subvenções		(324)	(236)
Provisões		(94)	(54)
Tributos		(40)	(41)
Depreciação e Amortização		(4.316)	(4.379)
Resultado da Atividade		64.224	67.732
Equivalência Patrimonial		25.663	24.248
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(29.645)	(33.027)
Receitas Financeiras		5.146	2.596
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		65.388	61.549
Despesa com Impostos sobre o Lucro	13	(10.283)	(9.832)
Resultado Líquido do Exercício		55.105	51.717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado Líquido do Exercício	55.105	51.717
Outros Resultados Abrangentes – Reserva de reavaliação	(1)	(28)
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>55.104</u>	<u>51.689</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Lucros (Prejuízos) Acumulados (*)	Outros resultados abrangentes	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva de Retenção de Lucros			Reserva de reavaliação	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	42.095	8.419	201.752	33.676	-	(291.380)	18.292	12.854
Pagamento de Dividendos sobre Lucros a realizar	-	-	(5.670)	-	-	-	-	(5.670)
Reserva de reavaliação (VNR)	-	-	-	-	-	-	(32)	(32)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	51.717	-	51.717
Destinação Proposta à A.G.O.:								
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	(10.111)	-	(10.111)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	1.889	(1.889)	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	28.442	-	-	(28.442)	-	-
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	(4)	4	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	42.095	8.419	224.524	33.676	1.889	(280.109)	18.264	48.758
Pagamento de Dividendos sobre Lucros a realizar	-	-	(135.000)	-	-	-	-	(135.000)
Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	(1.889)	-	-	(1.889)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	55.105	-	55.105
Destinação Proposta à A.G.O.:								
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	(14.175)	-	(14.175)
Pagamento de Dividendos sobre Lucros Retidos	-	-	-	-	18.522	(18.522)	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	24.000	-	-	(24.000)	-	-
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	1	(1)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	42.095	8.419	113.524	33.676	18.522	(281.700)	18.263	(47.201)

(*) Apesar da posição patrimonial apresentar prejuízos acumulados, a operação da Companhia não é deficitária. Este prejuízo é decorrente do fato que para fins societários o reconhecimento da receita ocorre desde o início da construção do empreendimento e para fins regulatórios, tal reconhecimento ocorre conforme emissão das faturas da receita de transmissão. Estas diferenças estão descritas e conciliadas na Nota Explicativa 15. As reservas de lucros foram constituídas, tomando como base os resultados acumulados divulgados nas demonstrações contábeis societárias.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do Exercício	55.105	51.717
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Depreciação	4.316	4.379
Equivalência Patrimonial	(25.663)	(24.248)
Imposto de Renda e Contribuição Social	10.283	9.832
Juros e Variações Monetárias	29.340	32.735
Outros	83	(311)
	73.464	74.104
Redução (Aumento) de Ativos		
Concessionárias e Permissionárias	(180)	446
Imposto de Renda e Contribuição Social	(61)	(80)
Tributos Compensáveis	1.497	326
Outros		
	1.256	692
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	(1.575)	(723)
Fornecedores	(188)	333
Obrigações Sociais e Trabalhistas	142	(359)
Tributos	(869)	(209)
Outros	228	290
	(2.262)	(668)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	72.458	74.128
Encargos de Dívidas Pagos	(26.633)	(33.278)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(9.343)	(8.367)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	36.482	32.483
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aplicações de investimentos curto prazo	4.953	3.235
Resgates de investimentos curto prazo	-	(9.000)
Recebimento de dividendos	32.520	34.899
Imobilizado	(101)	(374)
Intangível	(5)	(5)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	37.367	28.755
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Debêntures captadas	206.156	-
Pagamento principal de debêntures	(109.711)	(7.971)
Pagamento de dividendos	(147.000)	(32.400)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(50.555)	(40.371)
Variação Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa	23.294	20.867
Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	39.085	18.218
No fim do exercício	62.379	39.085

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (a "Companhia" ou "ECTE") está autorizada a cobrar a TUST - Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão								
Concessionária	Participação	Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	índice de correção	Data da entrada em operação comercial	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação
ECTE		088/2000	30	2030	82.108	IGP-M	mar/02	Sim
ETSE (**)	100%	006/2012	30	2042	35.841	IPCA	dez/15	Não

(*) A RAP ou Receita Anual Permitida da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.348 de 16/07/2024.

(**) RAP acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$37.243 para ETSE.

Empresas	Investimento	Equivalência Patrimonial	Participação da Outorgada (em %)
ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A.	147.641	25.663	100

Em 09 de março de 2002, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

1.1. Aplicabilidade

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam na nota explicativa nº 15, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas para emissão pela Administração em 25 de março de 2025.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Sumário das Políticas Contábeis Materiais

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas na nota explicativa nº 3, exceto quanto ao que se estabelece abaixo: Ativos financeiros.

3.1. Imobilizado e Intangível

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Ágio na aquisição de investimentos: O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da Companhia adquirida, sendo registrado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment, quando for o caso. Está sujeito a amortização linear pelo prazo remanescente da concessão.

VNR (Valor Novo de Reposição)

A reavaliação compulsória do imobilizado deve ser aplicada ao imobilizado das Outorgadas as quais possuem revisão tarifária. A reavaliação deverá ser aplicada de acordo com a metodologia do Valor Novo de Reposição – VNR e o registro contábil do VNR deve ser efetuado pela diferença, negativa ou positiva, verificada entre o valor homologado e o saldo contábil na data da revisão tarifária e tem por finalidade permitir reconhecer no resultado regulatório da Outorgada, a efetiva depreciação do exercício considerada na formação da sua Receita Requerida – RR.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL. A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2022, com base em Laudo de Reavaliação e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de janeiro de 2019.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.2. Arrendamentos

A ECTE avalia, na data de início do contrato de arrendamento, aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a ECTE reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

As operações de arrendamento mercantil são restritas aos bens administrativos e estas operações devem ser submetidas à aprovação pelo Órgão Regulador quando celebradas entre partes relacionadas ou acarretar desvinculação de bem.

3.3. Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

3.3.1. Receita anual permitida (RAP)

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

3.4. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.5 Normas e interpretações novas e revisadas

No exercício corrente, a Companhia e sua controlada adotaram as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

- Alterações ao CPC 26/IAS 21 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes / Passivos não circulantes com Covenants.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desse novo pronunciamento e além de aguardar a sinalização do órgão regulador (ANEEL) sobre tais pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esse estiver em vigor.

3.6 Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

A IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis substituirá a norma IAS 1 (CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis), que entrará em vigor para os exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia e sua controlada ainda estão no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação a nova estrutura da demonstração de resultado, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais das medidas de desempenho.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas Demonstrações Contábeis da Companhia e sua controlada:

- Alterações no IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Instituição / linha devedora	31/12/2024		31/12/2023	
	Principal Curto Prazo	Saldo Total	Principal Curto Prazo	Saldo Total
Caixa e Aplicações Financeiras	62.379	62.379	39.085	39.085
Caixa e Bancos	115	115	117	117
Aplicações Financeiras	62.264	62.264	38.968	38.968

5. Investimentos temporários

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui saldo de R\$1.371 referente ao Fundo de investimento Santander Lattice, que tem característica de renda fixa e remunerado em média por 98,46% do CDI. (R\$6.104 em 31 de dezembro de 2023, na controlada, remunerado em média por 98,54% do CDI).

6. Concessionárias e Permissionárias

6.1. Composição das Contas a Receber

Descrição	Valores Correntes						Total 2024	Total 2023
	Corrente a vencer	Corrente vencida						
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias (*)		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	159	156	186	254	5.728	6.483	6.303	
Total	159	156	186	253	5.728	6.483	6.303	
Circulante						755	3.297	
Não Circulante						5.728	3.006	

(*) Alguns usuários do sistema de transmissão ingressaram com ações judiciais questionando as tarifas cobradas pelo uso de sistema de transmissão. Como essas ações foram ajuizadas há mais de um ano, a Companhia classifica no aging list um item vencido há mais de 365 dias. Cabe ressaltar dessas ações estão depositas judicialmente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Imobilizado e Intangível

7.1. A composição do imobilizado é como segue:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros (D)	Reavaliação (E)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)+(E)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Ativo Imobilizado em Serviço											
Transmissão	152.982	-	(19)	118	-	-	153.081	99	(94.714)	58.367	62.628
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	93	-	-	-	-	-	93	-	(80)	13	16
Máquinas e Equipamentos	152.812	-	(19)	118	-	-	152.911	99	(94.558)	58.353	62.611
Veículos	63	-	-	-	-	-	63	-	(64)	(1)	(1)
Móveis e Utensílios	14	-	-	-	-	-	14	-	(12)	2	2
Administração	134	-	-	-	-	-	134	-	(127)	7	12
Máquinas e Equipamentos	112	-	-	-	-	-	112	-	(106)	6	11
Móveis e Utensílios	22	-	-	-	-	-	22	-	(21)	1	1
Subtotal	153.116	-	(19)	118	-	-	153.215	99	(94.841)	58.374	62.640
Ativo Imobilizado em Curso											
Transmissão	15.262	80	-	(118)	(238)	-	14.986	(276)	-	14.986	15.262
Máquinas e Equipamentos	2.932	2	-	(23)	(11)	-	2.900	(32)	-	2.900	2.932
Material em depósito	10.648	78	-	(29)	(227)	-	10.470	(178)	-	10.470	10.648
Outros	1.682	-	-	(66)	-	-	1.616	(66)	-	1.616	1.682
Administração	150	21	-	-	-	-	171	21	-	171	150
Máquinas e Equipamentos	95	21	-	-	-	-	116	21	-	116	95
Outros	55	-	-	-	-	-	55	-	-	55	55
Subtotal	15.412	101	-	(118)	(238)	-	15.157	(255)	-	15.157	15.412
Total do Ativo Imobilizado	168.528	101	(19)	-	(238)	-	168.372	(156)	(94.841)	73.531	78.052

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7.2. A composição do intangível é como segue:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Ativo Intangível em Serviço									
Transmissão	1.905	-	-	-	1.905	-	(200)	1.705	1.705
Servidões	1.705	-	-	-	1.705	-	-	1.705	1.705
Softwares	200	-	-	-	200	-	(200)	-	-
Administração	631	-	-	-	631	-	(627)	4	4
Softwares	479	-	-	-	479	-	(475)	4	4
Outros	152	-	-	-	152	-	(152)	-	-
Subtotal	2.536	-	-	-	2.536	-	(827)	1.709	1.709
Ativo Intangível em Curso									
Transmissão	631	5	-	-	636	5	-	636	631
Servidões	334	-	-	-	334	-	-	334	334
Softwares	65	5	-	-	70	5	-	70	65
Outros	232	-	-	-	232	-	-	232	232
Administração	10	-	-	-	10	-	-	10	10
Softwares	10	-	-	-	10	-	-	10	10
Subtotal	641	5	-	-	646	5	-	646	641
Total do Ativo Intangível	3.177	5	-	-	3.182	5	(827)	2.355	2.350

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7.3. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2024			31/12/2023
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão		153.081	(94.714)	58.367	62.628
Custo Histórico	2,77%	153.043	(94.698)	58.345	62.577
Reavaliação	4,02%	38	(16)	22	51
Administração		134	(127)	7	12
Custo Histórico	0,70%	134	(127)	7	12
		153.215	(94.841)	58.374	62.640
Em curso					
Transmissão	-	14.986	-	14.986	15.262
Administração	-	171	-	171	150
		15.157	-	15.157	15.412
		168.372	(94.841)	73.531	78.052

7.4. A composição das adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	23	-	23
Material em Depósito	78	-	78
Total das Adições	101	-	101

7.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

7.6. As principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	Valor
MEDIDOR SF6- MULTI ANALYSER	94

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

RELE PROTEÇÃO TF P633 AREVA SÉRIE: 31067742/09/09	12
RELE PROTEÇÃO TF P633 AREVA SÉRIE: 31067740/09/09	12
	118

7.7. As principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	Valor
RELE DIFERENCIAL FABR. ALSTOM, FUNCAO 87 TP, MOD. KBCH14001P15MEI, SERIE No. 152760N	11
RELE DIFERENCIAL FABR. ALSTOM, MODELO KBCH13001H15ME, SERIE No. 859675M	8
	19

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Debêntures e Empréstimos

8.1. Abertura do Endividamento

31/12/2024								
Instituição / linha credora	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação/ Repactuação	Tipo de Garantia	Taxa a.a
Debêntures 6ª emissão - Bradesco	1.455	24.963	24.991	51.409	Sim	06/04/2021	Não há	1,90% + CDI
Debêntures 7ª emissão - ITAÚ	1.093	(95)	59.903	60.901	Sim	06/05/2022	Não há	1,80% + CDI
Debêntures 8ª emissão - VOTORANTIM	6.092	6.666	199.527	212.285	Sim	06/09/2024	Não há	0,89% + CDI
Total por Dívida	8.640	31.534	284.421	324.595				

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo											
Instituição / linha credora	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pagto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	2026	2027	2028	2029	Total
Debêntures 6ª emissão - Bradesco	06/04/2025	Semestral	06/04/2025	06/04/2026	4 e 5º ano	SAC	24.991	-	-	-	24.991
Debêntures 7ª emissão - ITAÚ	06/05/2025	Semestral	06/05/2026	06/05/2027	4 e 5º ano	SAC	29.926	29.977	-	-	59.903
Debêntures 8ª emissão - VOTORANTIM	06/03/2025	Semestral	06/03/2025	06/09/2029	Trimestral	SAC	5.508	13.171	25.631	155.217	199.527
Total por Dívida							60.425	43.148	25.631	155.217	284.421

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

31/12/2023								
Instituição / linha credora	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação/ Repactuação	Tipo de Garantia	Taxa a.a
Debêntures 5ª emissão - Bradesco	3.025	49.967	-	52.992	Sim	jul/19	Não há	107,75% do CDI
Banco Santander - CCB	603	10.568	48.973	60.144	Sim	jul/20	Não há	108,60% do CDI
Debêntures 6ª emissão - Bradesco	1.513	(53)	49.954	51.414	Sim	abr/21	Não há	2,90% + CDI
Debêntures 7ª emissão - ITAÚ	1.168	(82)	59.808	60.894	Sim	mai/22	Não há	2,90% + CDI
Total por Dívida	6.309	60.400	158.735	225.444				

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo										
Instituição / linha credora	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pagto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	2025	2026	2027	Total
Debêntures 5ª emissão - Bradesco	17/01/2023	Semestral	17/07/2024	17/07/2024	Bullet (final)	Bullet (final)	-	-	-	-
Banco Santander - CCB	02/01/2023	Mensal	02/07/2021	01/07/2025	Mensal	SAC	48.973	-	-	48.973
Debêntures 6ª emissão - Bradesco	06/04/2023	Semestral	06/04/2025	06/04/2026	4 e 5º ano	SAC	24.963	24.991	-	49.954
Debêntures 7ª emissão - ITAÚ	06/05/2023	Semestral	06/05/2026	06/05/2027	4 e 5º ano	SAC	(95)	29.926	29.977	59.808
Total por Dívida							73.841	54.917	29.977	158.735

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

O saldo de principal da dívida de curto e longo prazo das emissões é apresentado líquido de custos a amortizar, sendo: 6ª emissão R\$46, 7ª emissão R\$192 e 8ª emissão R\$807.

As cláusulas restritivas das debêntures simples da ECTE estão relacionadas ao limite da dívida líquida que, em 31 de dezembro de 2024, atualizadas pelo IGP-M, era de R\$360.371 para a 5ª emissão e R\$360.420 para a 6, 7ª e 8ª. O custo de captação é amortizado pelo prazo das debêntures.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato.

8.2. Composição do Endividamento e Dívida Líquida

Resumo	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal LP	Total 2024	Total 2023
(+) Dívida Bruta	8.640	31.534	284.421	324.595	225.444
Debêntures. Moeda Nacional	8.640	31.534	284.421	324.595	225.444
(-) Ativos Financeiros	-	(63.750)	-	(63.750)	(45.189)
Alta Liquidez	-	(62.379)	-	(62.379)	(39.085)
Demais Aplicações Financeiras	-	(1.371)	-	(1.371)	(6.104)
(=) Dívida Líquida	8.640	(32.216)	284.421	260.845	180.255

9. Provisão para Litígios

Perda provável:

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possui contingência com perda classificada como “provável”.

Perda possível:

Com base no parecer dos advogados externos e internos, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui demandas judiciais com probabilidade de perda classificada como “possível”.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Patrimônio Líquido

10.1. Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$42.095, representado por 42.095.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Quantidade de Ações		
	Integralizadas Ordinárias	% do capital Votante	Total
Alupar Investimento S.A.	21.056.862	50,022%	50,022%
Centrais Elétricas de Santa. Catarina - CELESC	13.001.027	30,885%	30,885%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A	8.037.111	19,093%	19,093%
	42.095.000	100,00%	100,00%

10.2. Reservas de lucros

	31/12/2024	31/12/2023
Reserva legal	8.419	8.419
Reserva de retenção de lucros	33.676	33.676
Reserva de lucros a realizar	113.524	224.524
	155.619	266.619

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$8.419.

Reserva de retenção de lucros: Os valores mantidos em reserva de retenção de lucros serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e disponibilidade de caixa da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$33.676.

Reserva de lucros a realizar: Essa parcela advém substancialmente da equivalência patrimonial e contabilização de ativos e passivos, cujos prazo de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeiras dos saldos de equivalência patrimonial e ativo contratual e, consequente geração de caixa pela Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$113.524 (R\$224.524 em 31 de dezembro de 2023).

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10.3. Outros resultados abrangentes

Reserva de reavaliação: O saldo residual do ativo imobilizado referente à Base de Remuneração, em 31 de dezembro de 2021 totalizava R\$666. O valor homologado pela ANEEL, equivalente ao VNR, ajustado pela depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2021, para estes ativos é de R\$728. A reavaliação destes ativos foi registrada em 2022 na ECTE e em 2023 em sua investida, sendo depreciado de acordo com PRORET 9.2 conforme demonstrado abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	18.292
Depreciação	4
VNR Investida STC	(32)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	18.264
Depreciação	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	18.263

11. Receita Operacional Bruta e Líquida

Receita Líquida	31/12/2024	31/12/2023
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	82.265	84.952
(-) Parcela Variável	(605)	(398)
Programa de Integração Social - PIS	(562)	(564)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(2.642)	(2.625)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(764)	(791)
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.201)	(1.267)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(327)	(338)
Total	76.164	78.969

11.1. Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.348, de 16 de julho de 2024, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 1º de julho de 2024, cujo impacto tarifário para o ciclo 2024~2025 referente aos contratos reajustados pelo IGP-M foi de -0,34%.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 1 de julho de 2024 e a próxima será em 1 de julho de 2028.

12. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2024	31/12/2023
----------------------------------	-------------------	-------------------

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Pessoal	4.482	4.098
Remuneração	2.344	2.376
Encargos	844	855
Previdência privada	100	67
Assistência médica	530	305
Despesas rescisórias	58	64
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	370	116
Outros	236	315
Administradores	431	395
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	342	301
Benefícios dos administradores	89	94
Total	4.913	4.493

13. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	65.388	61.549
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	22.232	20.927
Efeitos fiscais sobre:		
Equivalência Patrimonial	(8.725)	(8.244)
Amortização e Depreciação	1.447	1.467
Receitas Regulatórias	(3.947)	(3.548)
Materiais	75	(122)
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	(453)	(453)
Lei Rouanet/ Esporte/ FIA	(310)	(225)
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	10.283	9.832
Taxa efetiva	15,73%	15,97%

14. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

15. Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2024			31/12/2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo Circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa	62.379	-	62.379	39.085	-	39.085
Investimentos temporários (*)	1.371	-	1.371	6.104	-	6.104
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	755	-	755	3.297	-	3.297
Serviços em Curso	1.990	-	1.990	1.885	-	1.885
Ativo Contratual da Concessão	-	62.689	62.689	-	60.930	60.930
Tributos Compensáveis	153	-	153	137	-	137
Despesas Pagas Antecipadamente	5	-	5	6	-	6
Dividendos a Receber	8.730	-	8.730	9.030	-	9.030
Outros Ativos Circulantes	58	-	58	1.659	-	1.659
Ativo Não Circulante						
		-			-	
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	5.728	-	5.728	3.006	-	3.006
Depósitos Judiciais e Cauções	18	-	18	18	-	18
Ativo contratual da concessão	-	250.264	250.264	-	267.528	267.528
Outros Ativos Não Circulantes	25	-	25	25	-	25
Participações Societárias Permanentes (*)	147.641	143.616	291.257	154.200	132.519	286.719
Imobilizado	73.531	(73.241)	290	78.052	(77.898)	154
Intangível	2.355	(2.344)	11	2.350	(2.339)	11
Total do Ativo	304.739	380.984	685.723	298.854	380.740	679.594

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2024			31/12/2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo Circulante						
Fornecedores	547	-	547	735	-	735
Debêntures, empréstimos e arrendamento mercantil	40.174	64	40.238	66.709	5	66.714
Obrigações Sociais e Trabalhistas	926	-	926	784	-	784
Tributos	8.372	-	8.372	8.347	-	8.347
Dividendos Declarados (*)	14.174	-	14.174	10.111	-	10.111
Encargos Setoriais	2.544	-	2.544	4.119	-	4.119
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	4.169	4.169	-	4.052	4.052
Outros Passivos Circulantes	140	-	140	77	-	77
Passivo Não Circulante						
Debêntures, empréstimos e arrendamento mercantil	284.421	67	284.488	158.735	-	158.735
Encargos Setoriais	640	-	640	478	-	478
Tributos Diferidos	-	96.606	96.606	-	97.048	97.048
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	16.643	16.643	-	17.791	17.791
Outros Passivos Não Circulantes	2	(2)	-	1	(1)	-
Total do Passivo	351.940	117.547	469.487	250.096	118.895	368.991
Patrimônio Líquido						
Capital Social	42.095	-	42.095	42.095	-	42.095
Outros Resultados Abrangentes	18.265	(18.265)	-	18.264	(18.264)	-
Reservas de Lucros	155.619	-	155.619	266.619	-	266.619
(Prejuízos) Acumulados	(281.702)	281.702	-	(280.109)	280.109	-
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	18.522	-	18.522	1.889	-	1.889
Total do Patrimônio Líquido	(47.201)	263.437	216.236	48.758	261.845	310.603
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	304.739	380.984	685.723	298.854	380.740	679.594

(*) As nomenclaturas destas contas estão sendo apresentadas em conformidade ao MCSE e correspondem, nas demonstrações contábeis societárias, às seguintes contas: Investimentos, Dividendos a pagar e Provisão para demandas judiciais, respectivamente.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2024			31/12/2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	82.265	(82.265)	-	84.952	(84.952)	-
Receita de Operação e Manutenção	-	17.503	17.503	-	18.563	18.563
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	49.258	49.258	-	25.829	25.829
(-) Parcela Variável	(605)	-	(605)	(398)	-	(398)
Tributos						
PIS-PASEP	(562)	131	(431)	(564)	277	(287)
COFINS	(2.642)	653	(1.989)	(2.625)	1.300	(1.325)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(764)	-	(764)	(791)	-	(791)
Reserva Global de Reversão – RGR	(1.201)	403	(798)	(1.267)	1.054	(213)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(327)	62	(265)	(338)	162	(176)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	76.164	(14.255)	61.909	78.969	(37.767)	41.202
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	76.164	(14.255)	61.909	78.969	(37.767)	41.202
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(4.913)	-	(4.913)	(4.493)	-	(4.493)
Material	(595)	220	(375)	(126)	(358)	(484)
Serviços de Terceiros	(1.114)	-	(1.114)	(1.348)	-	(1.348)
Arrendamento e Aluguéis	(521)	63	(458)	(532)	70	(462)
Seguros	(23)	-	(23)	(28)	-	(28)
Doações, Contribuições e Subvenções	(324)	-	(324)	(236)	-	(236)
Provisões	(94)	-	(94)	(54)	-	(54)
Tributos	(40)	-	(40)	(41)	-	(41)
Depreciação e Amortização	(4.316)	4.257	(59)	(4.379)	4.314	(65)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-	(1)	(1)	-	28	28
Resultado da Atividade	64.224	(9.716)	54.508	67.732	(33.713)	34.019
Equivalência Patrimonial	25.663	11.096	36.759	24.248	13.774	38.022
Resultado Financeiro						
Despesas Financeiras	(29.645)	(14)	(29.659)	(33.027)	(7)	(33.034)
Receitas Financeiras	5.146	(218)	4.928	2.596	(93)	2.503
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	65.388	1.148	66.536	61.549	(20.039)	41.510
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(10.283)	443	(9.840)	(9.832)	8.765	(1.067)
Resultado Líquido do Exercício	55.105	1.591	56.696	51.717	(11.274)	40.443

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

15.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia constrói, opera e mantém a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

15.1.1. Concessionárias e permissionárias

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber origina-se somente depois que a obrigação de desempenho de operação e manutenção é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Contas a receber de clientes", passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

15.1.2. Ativo Contratual da Concessão

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto, de 11% a.a.; e (ii) atualizado pelo IGP-M.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Ativo contratual da concessão”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura, operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas à correção monetária pela variação do IGPM ou IPCA ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta “Contribuições e encargos regulatórios diferidos” no passivo não circulante.

15.1.3. Custo de Infraestrutura

O custo da infraestrutura é uma parte importante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição da infraestrutura remunerada através da tarifa e sua mensuração são estabelecidas pelo Poder Concedente e passíveis de julgamento, e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas regras regulatórias podem levar ao registro como infraestrutura gastos que, eventualmente, não poderiam ser classificados como tal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou não considerar gastos capitalizados de acordo com essas práticas contábeis, quando dos processos tarifários.

15.1.4. Arrendamentos

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Os ajustes de arrendamento mercantil são relativos à adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos. O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para pagamentos futuros e um ativo representando o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Os arrendatários reconhecem separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo.

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos nas demonstrações contábeis societárias em “Arrendamento mercantil” referente aos pagamentos futuros no montante de R\$131 e “Imobilizado” referente o direito de uso no montante de R\$113, líquidos de depreciação.

O CPC 06 (R2) foi incorporado pelo MCSE para demonstrações contábeis regulatórias a partir de 1º de janeiro de 2022 para bens não vinculados à concessão. No entanto, a administração optou por não aplicar seus efeitos, considerando que os custos da adoção superam os benefícios ao leitor, dado o impacto imaterial dos saldos de arrendamento não vinculados à concessão.

15.2. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	216.236	310.603
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(380.873)	(380.748)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	18	12
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	117.418	118.891
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	(47.201)	48.758

15.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido conforme contabilidade societária	56.696	40.442
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(1.005)	20.268
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	(143)	(229)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(443)	(8.764)
Lucro líquido regulatório	55.105	51.717